

Finalmente, é preciso ressaltar que a pesquisa vem continuando no sentido do aprofundamento de questões levantadas nesse primeiro contato com a região, com o intuito de avançar na consecução dos grandes objetivos acima descritos.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PEQUENA PRODUÇÃO. (UM ESTUDO DE CASO NO CARIRI PARAIBANO)*

Ghislaine Duqué **

INTRODUÇÃO

A pesquisa, cujos resultados são apresentados aqui, se desenvolveu ao longo de 1983, como etapa de um projeto a longo prazo, assumido por uma equipe interdisciplinar, com o objetivo de analisar e acompanhar o *Processo de mudança sócio-econômica na região semi-árida da Paraíba*.

O que mobilizou a equipe e a levou a se interessar por essa região, especialmente desolada e pouco povoada, foi a forte suspeita de que a seca é um fenômeno tanto social quanto climático. Ou, mais exatamente, que o fenômeno climático tem conseqüências sociais tão dramáticas por razões também sociais, porque a vulnerabilidade dos pequenos produtores aos efeitos da seca não é tratada de forma adequada, mas, pelo contrário, mantida e até reforçada.

O Cariri Paraibano foi escolhido por representar o Semi-Árido por excelência. Aí, o fenômeno da seca assume dimensões paradigmáticas.

O estudo interdisciplinar fez convergir para esse objeto a geografia, a agronomia, a economia, a antropologia e a sociologia. Nossa contribuição específica foi de tentar entender *o dinamismo da sociedade rural no Cariri paraibano*, ou seja, descobrir em que direção e de que forma está se transformando – ou se firmando – a estrutura de classes na região, com uma atenção particular à pequena produção e a seu lugar nessa dinâmica. Esse estudo implica questões subjacentes

* Versão revista e ampliada da comunicação apresentada na 8ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), em Águas de São Pedro (SP), 23-26 de Out. de 1984 (financiamento parcial do CNPq).

** Professora do Dept.^o de Sociologia e Antropologia e do Mestrado em Sociologia, UFPb, Campus II, Campina Grande.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano IV	Nº 4-5	168 a 196	jan.1984/dez.1985
-------------	----------------	--------	--------	-----------	-------------------

bastante relevantes, tanto a nível teórico quanto prático: a questão da natureza de classe do campesinato, dos rumos de sua diversificação, das possibilidades de sua organização, do caráter de classe do Estado etc.

Vale frisar que os resultados aqui apresentados se referem a uma primeira etapa da pesquisa na região, tendo um caráter ainda preliminar. Neste primeiro tempo, demos ênfase aos fenômenos internos à sociedade local, grifando a oposição e interação entre latifúndio e pequena produção. Isto não significa que a sociedade abrangente esteja ausente de nossas preocupações. Na etapa seguinte, pretendemos abordar esses temas mais amplos (papel do capital financeiro, comercial e industrial) e estudar especialmente os efeitos das intervenções do Estado, tão presente na área, além de aprofundar certos aspectos mais complexos já tocados aqui.

A pesquisa se realizou dentro de um contexto de docência, com limites específicos a esse quadro (especialmente de tempo), mas com elementos estimulantes, tais como o constante questionamento mútuo entre teoria e dados de campo. Ela se desenvolveu em duas vertentes: estudos de dados secundários e pesquisa de campo. Esta se realizou em diversas estadas de duração variada, utilizando-se a observação e diversos tipos de entrevistas, especialmente histórias de vida e entrevistas semi-dirigidas. As viagens se davam geralmente com a participação de todos, ou quase todos os membros da equipe. Um procedimento muito proveitoso foi de discutir em equipe, toda noite, antes da elaboração do diário de campo, os dados colhidos durante o dia. Essa discussão costumava se prolongar informalmente nos dias e nas semanas seguintes, de tal forma que um quadro conjunto interpretativo foi elaborado aos poucos, integrando a participação de todos. O resultado se configura num relatório comum, com quatro capítulos assinados individualmente, porém onde a contribuição de todos é embutida em tudo.¹

Quero, portanto, agradecer muito especialmente cada um desses colegas, e estender esses agradecimentos ao CNPq, que financiou parcialmente a pesquisa.

A comunicação aqui apresentada é uma versão retrabalhada do Capítulo II do relatório citado acima, que corresponde a nossa contribuição específica.

(1) AGUIAR, Maria de Jesus Nogueira; CASTRO, Ramon Peña; DUQUÉ, Ghislaine; GRABOIS, José e MARIN; Maria Cristina de Melo. *O Processo de Mudança Sócio-Econômica da Paraíba — O Cariri Paraibano*. Campina Grande, UFPB/CNPq. Relatório de Pesquisa, 1983.

O CARIRI PARAIBANO: QUADRO GERAL²

A região onde se situa nosso estudo não é uma área "habitual". É um caso extremo: pelas condições naturais e pelas condições sociais. Pela interdependência entre os dois aspectos, precisamos iniciar nossa apresentação, desenhando o quadro geral onde se dá a dinâmica da pequena produção.

Situado na parte Centro-Sul da Paraíba, o Cariri representa uma vasta porção do território do Estado — cerca de 25% — ocupando aproximadamente 15.500 km²; ele conta com uma população de apenas 290.000 habitantes, com forte predominância da população rural (72,6%), e numa densidade particularmente fraca: menos de 19 hab/km² (média do Estado: 49 hab/km²) (IBGE 1980. Censo Demográfico).

A região do Cariri Paraibano é a mais seca do Brasil. O clima regional caracteriza-se por elevadas temperaturas (médias anuais em torno de 25°), fracas amplitudes térmicas anuais, chuvas escassas, muito concentradas no tempo e irregulares, o que provoca fortes déficits hídricos. Essas características são particularmente acentuadas em Cabaceiras, onde evidencia-se a extrema secura do clima: o total anual de chuvas é de 290,9 mm (média de 62 anos), com 11 meses secos. Essas condições hostis se atenuam progressivamente para o oeste.

Ligado à irregularidade da distribuição das chuvas durante o ano acrescenta-se o drama da seca, que se constitui essencialmente da seqüência de vários anos deficientes em precipitações — de volume insuficiente ou mal distribuídas — frustrando as possibilidades de plantio ou de maturação das culturas.

A vegetação é constituída pela caatinga, a mais xerófila. Ela se apresenta geralmente com fisionomia de estepe arbustiva, deixando aparecer, durante a estiagem, um solo geralmente desnudo — sem recobrimento herbáceo — e, portanto, não passível de incorporar matéria orgânica. Não são raros os trechos pedregosos, juncados de seixos, onde a erosão em lençol é acentuada.

A estrutura fundiária da região é bastante concentrada. A ocupação revela a predominância do latifúndio, onde se pratica principalmente a pecuária hiperextensiva. A criação de bovinos, atividade de maior expressão econômica, do-

(2) Para mais detalhes sobre o quadro natural, as principais atividades econômicas e os sistemas de produção da região, ver os estudos de nossos colegas de equipe, José Grabois e Maria de Jesus Nogueira Aguiar, especialmente: "O Cariri Paraibano": Um estudo de geografia agrária regional — Primeira aproximação., in: *O Processo de Mudança Sócio-Econômica da Paraíba — O Cariri Paraibano* (op. cit.) e "Os Sistemas Agrícolas Tradicionais e os Elementos de Modernização no Sertão Ocidental da Paraíba" in: *inter-Facies*, São José do Rio Preto. UNESP/IBILCE, 1980 n.º 22. Este capítulo se inspira diretamente da contribuição desses dois pesquisadores.

mina a agricultura, pois leva a ocupar os melhores solos — vales úmidos, terras de vazantes dos açudes — com plantas forrageiras. Ela também transforma o sentido da cultura tradicional do algodão arbóreo, plantado, hoje, menos para a fibra (cujo preço é particularmente instável) do que como pastagem ou para a torta que serve de ração.

O rebanho caprino e ovino — o maior do Estado — em forte crescimento nos últimos anos, está grandemente ligado à pequena produção (pequenos proprietários ou moradores das fazendas). Menos exigentes do que os bois, cabras e ovelhas aproveitam melhor a caatinga como pasto natural e não necessitam de ração complementar.

Enquanto a criação se dá nos interflúvios — terrenos secos, de solos mais pobres e freqüentemente pedregosos, recobertos pela caatinga, os vales são áreas agrícolas: algodão, milho, feijão e palma (de forma consorciada ou não) nas vertentes; capineiras, fruteiras e algumas culturas alimentares nos baixios e nas várzeas. Nos períodos de seca, as capineiras ganham espaço, revelando claramente a importância da pecuária, o predomínio do alimento bovino sobre o alimento humano. Na seca prolongada dos últimos anos, o algodão regrediu muito, enquanto a palma se expandiu consideravelmente, junto com as capineiras e com as plantações de algaroba. Esta árvore, de crescimento rápido, produz vagens utilizadas como ração. O reflorestamento com algaroba é financiado, a fundo perdido, através do IBDF, por um valor calculado em ORTN, superestimado e equivalente a mais de dez vezes o preço da terra na região. O financiamento só é concedido para empresas e projetos que suponham áreas maiores de 100 ha, excluindo desse benefício a maioria esmagadora dos proprietários.

O sistema de produção tradicional na região é baseado no consórcio pecuária/algodão³ e na força de trabalho dos "moradores". Estes são trabalhadores sem terra, admitidos na fazenda de gado para nela plantar algodão na base da "meia". Entre os pés de algodão também é praticada a cultura de milho e feijão, e, às vezes, o proprietário cede também pequenas parcelas de baixio para outras culturas alimentares.

Assumir a cultura do algodão, malgrado sua baixa remuneração (instabilidade dos preços no mercado e partilha do produto com o proprietário), constitui, portanto, para o morador, a forma de ter acesso à terra para plantar culturas alimentares e assegurar sua subsistência.

(3) "Consórcio" porque o algodão serve mais para o gado (pastagem e torta) que para a fibra, e porque o algodão permite ter na fazenda uma mão de obra disponível para trabalhos eventuais necessitados pela criação. Não se trata portanto de duas atividades paralelas mas profundamente integradas.

A crescente pecuarização promove sistematicamente a expulsão disfarçada desses moradores, na medida em que a cultura do algodão — sua principal razão de ser na fazenda tradicional — e a agricultura de subsistência tem que ceder espaço às plantas forrageiras.

A seca então serve como um excelente alibi (mais do que como causa) para a eliminação dos moradores, antes que estes venham reivindicar eventuais direitos. Assim se acentua o êxodo rural, esvaziando mais ainda a região.

Apesar do caráter dominante dos sistemas extensivos, encontram-se, embora de forma pontual, importantes lavouras comerciais irrigadas, com caráter nitidamente intensivo: alho e cebola, tomates, hortaliças. São, na maioria, pequenos plantios feitos por pequenos produtores em "associação" com um financiador capitalista, geralmente da cidade.

A existência de tais sistemas intensivos assume particular importância no sentido de apontar para possibilidades alternativas, demonstrando a viabilidade da região sem que seja necessariamente na linha de sua propalada "vocação" pastoril.

O CASO ESTUDADO: SERRA BRANCA

Era impossível abordar o estudo da sociedade rural no Cariri sem situar a pesquisa num espaço limitado, pois a análise de fatos sociais exige uma certa intimidade com seus protagonistas.

Optamos, como passo inicial, pelo município de Serra Branca, situado bem no centro da região. Pela avaliação de nosso colega geógrafo, ele marca provavelmente a transição entre dois "Cariris" bastante diversos: um Cariri oriental, de relevo aplainado, muito seco, pouco povoado, em oposição a um Cariri ocidental, dotado de amplos vales, e por isso, dispondo de água e de manchas de solos férteis, com concentrações mais importantes de população.

Por essa posição intermediária, como também por ser bastante extenso, esse município nos pareceu constituir uma amostra bastante significativa da região como um todo, pelo menos para uma primeira etapa da pesquisa, de caráter bastante exploratório.

Situado a 110 km de Campina Grande, o município de Serra Branca tem uma área de 1.034 km² e uma densidade demográfica de 14,82 hab/km², correspondendo a uma população de 15.319 hab. (IBGE, 1980), a maior parte rural: 9.637 hab (62,9%) na zona rural, 5.682 hab. (37,1%) na zona urbana distribuídos entre a pequena cidade (4.548 hab.) e as sedes dos três demais distritos (1.134 hab.).

Os municípios vizinhos são: São João do Cariri, ao Leste; São José dos Cordeiros, ao Norte e ao Oeste; Sumé, ao Sudoeste; e Congo, ao Sul.

A região foi ocupada a partir da instalação de fazendas de gado no início do século XIX e, até hoje, a pecuária domina a região. Porém, Serra Branca esperou até 1960 para obter seu estatuto definitivo de cidade. Sua independência municipal se deve a uma divisão territorial entre duas famílias rivais, fato que aponta para a importância da oligarquia local e de suas histórias pessoais na História do município.

A cidade vive essencialmente em função de alguns serviços oferecidos à zona rural: rede bancária, órgãos de assistência técnica, etc. Não possui cinema, jornal, rádio nem estádio. A zona urbana termina abruptamente no meio das roças, sem "ponta de rua" nem favela nem outro índice — tão habitual em outras cidades — de uma certa atração exercida sobre uma população em busca de trabalho e de serviços. O que Serra Branca pode oferecer é tão pouco que os eventuais migrantes procuram imediatamente um lugar mais dinâmico. O resultado se configura na existência de bairros inteiros semi-vazios. Apenas as poucas ruas do centro conhecem uma certa animação.

A mesma impressão de vazio impressiona quem percorre a área rural do município. Isto se deve essencialmente à estrutura fundiária e à forma de ocupação do espaço que passamos agora a analisar.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

As características da região, retratadas sinteticamente na primeira parte deste trabalho, encontram, em Serra Branca, sua perfeita ilustração. O primeiro desses traços se refere à concentração fundiária e ao predomínio do latifúndio dedicado à pecuária extensiva. Alguns dados numéricos ilustram estas afirmações:

- As grandes propriedades (acima de 500 ha) ocupam 45,7% da área cadastrada do município, embora só representem 2,4% dos imóveis;
- As pequenas propriedades (assim classificadas até 100 ha na região semi-árida) constituem 88% dos imóveis, mas dispõem de menos de 25% da área total;
- Os imóveis de 100 a 500 ha (que, nas condições da região semi-árida, podem ser considerados como médios) são menos de 10% do total, dispondo de 29,2% da área. (Para mais detalhes ver Anexo nº 1).

Esses dados, embora relativos ao início da década de 1970 (INCRA, Cadastro de 1972), foram mais do que comprovados pelo trabalho de campo de 1983, ou melhor, este indicou um grau mais forte ainda de concentração da estrutura fundiária. Encontrou-se, por exemplo, uma propriedade de uns 12.000 ha, quando em 1972, não se revelava nenhum imóvel acima de 5.000 ha. Por outro lado, verificou-se a existência de vários imóveis pertencentes a um único proprietário

ANEXO 1
 ÁREA TOTAL, ÁREA APROVEITÁVEL E ÁREA EXPLORADA POR CLASSE DE ÁREA
 MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA – 1972

Classes de Área (ha)	Nº Imóveis	%	Área Total		Aproveitável *		Explorada *	
			ha	%	ha	%	ha	%
0 – < 10	402	35,54	1.896,1	2,58	1.687,1	2,54	1.512,8	2,68
10 – < 50	504	44,56	10.651,5	14,47	9.128,2	13,74	7.631,2	13,49
50 – < 100	90	7,96	5.814,5	7,90	4.966,5	7,48	4.035,2	7,14
100 – < 200	54	4,77	6.643,1	9,02	5.603,1	8,43	4.622,6	8,17
200 – < 500	53	4,69	14.902,4	20,24	13.284,0	19,99	11.710,0	20,71
500 – < 1.000	15	1,33	10.423,3	14,16	9.344,6	14,06	8.491,1	15,01
1.000 – < 2.000	09	0,80	12.683,0	17,23	11.965,0	18,01	10.286,0	18,19
2.000 e +	04	0,35	10.598,0	14,40	10.468,0	15,75	8.264,0	14,61
Total	1.131	100	73.611,90	100	66.446,5	100	56.552,9	100
Dados inconsistentes	30		7.264,3		2.963,4		1.161,9	
Total Geral	1.161		80.876,2		69.409,9		58.169,8	
Sub-Totais			Sub-Totais					
0 – < 100	996	88,06	18.362,1	24,94	15.781,8	23,76	13.179,2	23,31
100 – < 500	107	9,46	21.545,5	29,27	18.887,1	28,42	16.332,6	28,88
500 e +	28	2,48	33.704,3	45,79	31.777,6	47,82	27.041,1	47,81
Total	1.131	100	73.611,9	100	66.446,5	100	56.552,9	100

* Dados disponíveis para 1.124 imóveis (e não 1.131). Faltam 03 imóveis na faixa de 2 a 5 ha, 3 na faixa de 10 a 25 e 01 na faixa de 100 a 200 ha, pelos quais os dados são inconsistentes.

Fonte: INCRA – 1972

ou uma família. Um levantamento dos proprietários de mais de 500 ha pela relação de contribuintes de ITR de 1983, no escritório local do INCRA, se reduz a 15 nomes, num total de mais de 1.300 imóveis.

É provável que a concentração fundiária seja mais acentuada ainda na zona da mata, onde a importância econômica da cana sustenta o monopólio da terra. Porém, no Cariri e no Semi-Arido em geral, onde a grande propriedade tampouco deixa de possuir atrativos, a impressão visual dos vastos espaços vazios torna, sem dúvida, chocante a constatação do encurralamento dos minifúndios intensivamente ocupados. Esta impressão de "vazio" se deve ao predomínio da pecuária extensiva. Dados sobre a ocupação do espaço revelam claramente esse fato:

- Áreas dedicadas ao gado: 69,31% do espaço aproveitável, dividido entre:
 - . "pastoreio temporário" (caatinga): 45,95%.⁴
 - . "pastagem" (capim plantado para pisoteio e capineiras): 23,36%.⁵

"Terras que não permitem a formação de pastos permanentes devido às condições físicas impróprias (solos muito ruins e estação seca prolongada, superior a 8 meses ao ano, ou alagamento sistemático, superior a 6 meses ao ano).

NÃO CONFUNDIR COM ÁREAS INAPROVEITÁVEIS que são terras que nunca permitem o pastoreio". (Manual de preenchimento).

"Pastos formados, utilizados para a criação de animais (. . .) tanto os naturais e melhorados como os plantados, incluindo as terras cultivadas com forrageiras para consumo do gado". (Ibid.).

- Área de culturas: 14,39%, discriminando-se:
 - . culturas permanentes (essencialmente o algodão): 12,92%.
 - . culturas temporárias (alimentares): 1,45%.
 - . hortigranjeiros: 0,02%.
- Outras: 16,3%, assim distribuídas:
 - . extração vegetal e/ou florestal: 0,11%.
 - . áreas aproveitáveis não exploradas: 16,19%.⁶ (INCRA 1972).

(4) "Terras que não permitem a formação de pastos permanentes devido às condições físicas impróprias (solos muito ruins e estação seca prolongada, superior a 8 meses ao ano, ou alagamento sistemático, superior a 6 meses ao ano). *Não confundir com áreas inaproveitáveis* que são terras que nunca permitem o pastoreio" (Manual de preenchimento)

(5) "Pastos formados, utilizados para a criação de animais (...) tanto os naturais e melhorados como os plantados, incluindo as terras cultivadas com forrageiras para consumo do gado". (Ibid.).

(6) Incluindo a reserva legal de floresta.

As culturas alimentares aparecem, portanto, de forma pontual. A pecuária, sem dúvida nenhuma, domina a paisagem. Esta afirmação tem mais força ainda se tomarmos em consideração que as culturas permanentes — no caso essencialmente o algodão — geralmente são plantadas em função do boi. Portanto, podemos avaliar que as áreas destinadas ao rebanho talvez atinjam perto de 80% do espaço aproveitado.

Esse predomínio da pecuária no espaço, corresponde ao predomínio do grande proprietário sobre a pequena produção (minifundiários, posseiros etc.). Grande e pequena produção constituem uma complementaridade contraditória.

De 1972 (data de nossos dados)⁷ até hoje, a pecuária se expandiu consideravelmente, em decorrência do impulso dado pelos incentivos oficiais em favor dessa atividade, supostamente capaz de aliviar o peso das importações de carne (estas tinham passado, de 1946 a 1974, de US\$ 298.000 para mais de 50 milhões de dólares⁸ ou aumentar as exportações. A título de exemplo, a maior parte do crédito do Proterra foi dedicada à pecuária, linha de crédito essa que canalizou aproximadamente a metade do crédito total do Nordeste de 1971 a 1977.⁹

A expansão da pecuária tem significado uma substituição gradativa dos tipos de culturas: perto de fontes de água, capineiras irrigadas, nas vertentes e tabuleiros: capim de pisoteio e palma. Quanto à algaroba, encontramos vastas plantações em fase de implantação tanto nos baixos quanto nas vertentes e nos tabuleiros. Isto resulta num recuo das agriculturas de subsistência e do algodão, e portanto numa expulsão disfarçada da população que sobrevive destas culturas.

A pecuária extensiva, a atividade principal do latifúndio, constitui uma atividade poupadora de mão de obra. O quadro seguinte demonstra, com a maior clareza, a relação entre o aumento do rebanho bovino, de 1972 a 1978, e a diminuição da mão de obra, durante o mesmo período:

(7) Os dados de 1978 não são liberados pelo INCRA, pelo menos a nível de Municípios.

(8) SORJ. B. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p. 85.

(9) *Ibid.* p. 103. Assim, observa SORJ, um programa que se orientava originalmente para a distribuição de terra (o PROTERRA) dedica a maior parte de seus recursos a um programa de modernização agrícola que termina expulsando a população rural já estabelecida.

PROPRIEDADES E PROPRIETÁRIOS: EVIDÊNCIAS E DÚVIDAS

1. O Latifúndio

Vimos que, no caso específico de Serra Branca (e esse caso não é excepcional), perto da metade do espaço é monopolizado por um punhado de grandes proprietários. Pode suscitar admiração esse fascínio exercido pela terra numa região tão desolada. Mas o monopólio da terra se assenta em benefícios não desprezíveis.

A terra assegura, em primeiro lugar, uma produção que, embora pouco intensiva, se torna lucrativa, uma vez que, no sistema tradicional baseado na mão de obra de moradores-parceiros, os custos com insumos e força de trabalho são mínimos.

A terra também serve de garantia para obter crédito subsidiado — que nem sempre será aplicado na produção agrícola — ou mesmo recursos financeiros a fundo perdido — como os do IBDF, já mencionados acima. Perpetua-se, desta forma, a situação denunciada em obra famosa¹⁰, relativa à “captura” dos privilégios do Estado pela oligarquia fundiária. Vale frisar que a importância do monopólio da terra leva, não raramente os latifundiários a ampliar ainda mais suas propriedades, fazendo pressão sobre os minifúndios, sempre mais encurralados.

A grande propriedade permite ainda distribuir “favores”, como autorização de tirar água de seus açudes, o que assegura a constituição de uma clientela política. Esta, por sua vez, é instrumento de barganha na negociação entre o poder local aliado ao latifúndio e o governo estadual e federal. Não é por acaso que os maiores latifundiários do município têm nomes ligados à política estadual e nacional. A clientela se constitui assim em alicerce do mecanismo de pressão para obter, das autoridades estaduais e federais, repasse de fundos públicos, decisões administrativas favorecendo a região, ou favores que servirão, por sua vez, para reforçar o clientelismo.

Devíamos verificar, no decorrer da pesquisa, que os grandes proprietários, na sua maioria, também dominam os outros setores da vida econômica local, especialmente o comércio. Alguns proprietários importantes são também altos funcionários dos órgãos oficiais ligados ao financiamento ou à extensão rural. Bom número deles, mesmo exercendo responsabilidades na administração local, residem fora do município: Campina Grande, João Pessoa, ou mesmo Rio de Janeiro e Brasília.

Suas fazendas estão entregues a administradores, cuja qualidade principal não é o diploma profissional, mas sim, a competência adquirida na prática e, sobretudo, a confiança neles depositada pelo proprietário.

(10) OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição, 1977.

**EVOLUÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO REBANHO BOVINO
E OS INDICADORES DE ABSORÇÃO DE MÃO DE OBRA RURAL
NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA, DE 1972 a 1978.**

Indicadores	1972	1978	Diferença (%)
Rebanho bovino (cab.)	5.252	7.603	44,8
Dependentes do proprietário trabalhando	1.139	792	- 30,5
Assalariados permanentes	249	87	- 65,1
Imóveis com parceiros	80	48	- 40,0
Área sob parceria (ha)	1.467	722	- 50,8

Fonte: INCRA. Cadastro de 1972 e Sistema de Análises Preliminares do Cadastro DP/1978.

Quando o latifúndio se "moderniza", isto não significa uma intensificação de suas atividades. A pecuária permanece e se afirma na sua forma extensiva, ocorrendo apenas uma certa modificação na alimentação do rebanho: a caatinga continua servindo de "pastagem natural" e fornece o essencial da ração "no verde"; porém o "recurso" na estiagem e o complemento alimentar não são mais supridos pelo algodão ou pela torta do algodão, mas pelas capineiras irrigadas ou pelas vagens de algaroba. A tecnificação se manifesta na forma dos motobombas e aspersores para irrigação e da máquina forrageira que tritura o capim.

Este tipo de mudança, embora limitada, acentua mais ainda a compressão de mão de obra. Esta opção do latifúndio se justifica por motivos tanto políticos quanto econômicos. Trata-se, para o grande proprietário, de reorientar suas atividades de forma a evitar os inconvenientes causados por uma mão de obra que começa a se organizar para reivindicar os direitos que a lei lhe assegura. Não é apenas a instabilidade dos preços do algodão que explica sua substituição progressiva por capineiras e algaroba¹¹.

(11) Serra Branca teve, até outubro de 1983, 28 projetos de reflorestamento com algaroba aprovados, com um total de 4.460 ha, área considerável se comparada às áreas de culturas alimentares ("culturas temporárias"): 1.007 ha. (dados extraídos do estudo de nosso colega, Ramón Peña Castro, sobre a política de reflorestamento. In: "O Processo de Mudança Sócio-Econômica da Paraíba - Cariri Paraibano", op. cit.).

Existe, portanto, um confronto real e bastante direto (embora disfarçado) entre grandes proprietários e população trabalhadora (mesmo aquela que não trabalha na propriedade mas precisa de terra ou trabalho). Ou seja, o monopólio da terra, exercido pelos grandes proprietários, e o caráter que dão à sua exploração privam a grande massa da população trabalhadora de seu trabalho ou do acesso a esse meio de produção e de subsistência indispensável que é a terra.

Observa-se ainda que, ao optar por atividades poupadoras de mão de obra, o latifundiário entra em contradição com sua postura tradicional de "coronel", cujo poder de barganha assenta-se sobre a importância de sua clientela. Acreditamos que esta modificação acompanha o declínio progressivo do caminho "coronelístico" provocado pela intervenção direta do Estado via projetos e obras. As influências políticas não perderam totalmente sua importância, mas elas estão sempre mais subordinadas aos interesses diretamente econômicos. A oligarquia local perdeu sua autosuficiência e tece alianças com o novo poder tecnocrático. A nível local, o melhor exemplo é o do Gerente do Banco, cuja influência é marcante.

2. A média propriedade: uma interrogação

A média propriedade situada entre o latifúndio e o minifúndio, é numericamente minoritária: 9,46% dos imóveis se situam entre 100 e 500 ha, ocupando 28,42% da área aproveitável (anexo 1).

A situação dos proprietários desta faixa nos parece exigir certos cuidados quanto a sua caracterização. Os médios proprietários se destacam, a primeira vista, por sua "vocaçãõ" de empresários rurais, pois eles detêm, em princípio, terra suficiente para poder fazer de sua propriedade um "negócio" produtivo. Eles constituem, por exemplo, o estrato que mais se beneficiou dos recursos canalizados pelo Projeto Sertanejo. À diferença dos latifundiários, quase sistematicamente ausentes da fazenda, os médios proprietários muitas vezes gerem eles mesmos a produção e as atividades são compartilhadas pelos membros da família. Encontramos, para nossa surpresa, vários chefes de exploração dessa categoria cuja história de vida revela antecedentes ligados ao minifúndio ou mesmo à moradia na grande fazenda. Porém, esta imagem do sucesso deve ser relativizada.

Enquanto os minifundiários, na sua maioria, apenas contam com seu esforço de trabalho e dele mal sobrevivem, e os grandes proprietários assentam sua prosperidade sobre atividades extensivas, porém absorvendo recursos fartos e a fundo perdido (como os do IBDF), os produtores deste estrato parecem (tendência indicada pelo trabalho de campo) os que mais aplicaram recursos na modernização de sua estrutura produtiva, chegando hoje — pelo menos alguns deles — a uma situação de endividamento, agravada ainda pela conjuntura da seca e pelas condições bem menos favoráveis do crédito agrícola¹². Suas dificuldades (que

(12) Os custos de produção podem ser importantes (infraestrutura, insumos, combustíveis para irrigação). Os riscos são altos e os preços de comercialização nem sempre compensadores, de forma que os produtores mais dinâmicos muitas vezes encontram-se penalizados.

lembram a vida esforçada dos colonos modernizados do Sul) questionam também a própria política de modernização induzida na região. Um estudo mais aprofundado desse estrato nos parece importante, não só para entender sua situação de classe, mas também para verificar a coerência da proposta oficial de promover, nessa faixa, uma camada média de agricultores capitalizados e avaliar os efeitos dessa política comparada aos privilégios dos latifúndios menos produtivos.

3. *A importância da pequena propriedade e seu caráter heterogêneo*

A importância da pequena propriedade se expressa em primeiro lugar pelo grande número de produtores que esta categoria congrega. Em Serra Branca, 88% dos imóveis se enquadram na faixa de área de menos de 100 ha; 80,1% na faixa de menos de 50 ha. Portanto (mesmo tirando os proprietários donos de mais de um imóvel), podemos afirmar que, ao tratarmos da pequena propriedade, estamos falando da grande maioria dos produtores proprietários.

Além do mais, a pequena propriedade se torna notável pelo volume de mão de obra que ela absorve e pela importância de sua produção.

Vejamos primeiramente o papel do pequeno imóvel na absorção de mão de obra. Com exceção de uma única categoria — a dos parceiros (categoria aliás a menos numerosa) que aparecem em proporção levemente superior nas médias e grandes propriedades — todas as demais formas de trabalho — familiar, assalariado permanente e assalariado temporário — encontram-se em proporção muito maior nas propriedades de menos de 100 ha, e especialmente na faixa de 10 a 50 ha. (Ver anexo 2). Mais na frente, pretendemos tecer alguns comentários sobre as características desta força de trabalho. Contudo, vale desde já observar que a presença relativamente importante do trabalho assalariado nos minifúndios chama a atenção e comprova a heterogeneidade deste, assunto sobre o qual voltaremos mais abaixo.

Por enquanto, vale frisar que, numa região que dá origem a um fluxo importante de migrações, a maior parte da mão de obra ocupada só encontra trabalho nas propriedades menores. Isto constitui, sem dúvida, um argumento a ser considerado nos debates sobre política agrícola e concentração fundiária.

A importância da pequena propriedade aparece também do ponto de vista de sua produção. Vários elementos devem entrar em consideração.

Constata-se, de início, que a pequena propriedade é aproveitada de forma muito mais intensiva que a média e a grande para a agricultura. Este fato se relaciona evidentemente com a maior absorção de mão de obra. As pequenas propriedades até 100 ha. tem 31,33% de sua área aproveitável ocupada por culturas

ANEXO 2

MÃO DE OBRA OCUPADA POR CATEGORIAS E CLASSES DE ÁREA.
MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - 1972

Classes de Área (ha)	Nº de Imóveis	Dependentes do Proprietário		Assalariados Permanentes		Assalariados Temporários		Parceiros	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 - < 10	402	354	31,66	21	9,72	422	23,34	02	1,56
10 - < 50	504	503	44,99	55	25,46	749	41,42	20	15,63
50 - < 100	90	142	12,70	29	13,43	139	7,69	16	12,50
100 - < 200	54	47	4,20	30	13,89	120	6,64	12	9,38
200 - < 500	53	43	3,85	36	16,67	177	9,79	27	21,09
500 - < 1.000	15	21	1,88	19	8,80	113	6,25	26	20,31
1.000 - < 2.000	09	01	0,09	15	6,94	31	1,72	13	10,16
2.000 e +	04	07	0,63	11	5,09	57	3,15	12	9,37
TOTAL	1.131	1.118	100,00	216	100,00	1.808	100,00	128	100,00
INCONSISTENTES	30	21		33		33		44	
TOTAL GERAL	1.161	1.139		249		1.841		172	
SUB-TOTAIS									
0 - < 100	996	999	89,35	105	48,61	1.310	72,45	38	29,69
100 - < 500	107	90	8,05	66	30,56	297	16,43	39	30,47
500 e +	28	29	2,60	45	20,83	201	11,12	51	39,84
TOTAL	1.131	1.118	100,00	216	100,00	1.808	100,00	128	100,00

FONTE: INCRA - 1972

(Ver anexo 3). Este percentual vai baixando à medida que o tamanho do imóvel cresce, atingindo apenas 7,72% da área aproveitável nas propriedades de mais de 500 ha.

Daí decorre uma concentração das áreas cultivadas nos pequenos imóveis (Ver anexo 4). Mais da metade das superfícies plantadas em todo o município de Serra Branca (51,51%) encontram-se nas propriedades de menos de 100 ha. A este respeito, a faixa de 10 a 50 ha. se revela particularmente importante, apesar de corresponder a apenas 13,74% da área aproveitável, ela concentra 31,16% de toda a área cultivada do Município.

Os resultados estão aí: a maior parte da produção agrícola provém da pequena propriedade.

Vejam os exemplos do algodão e do feijão (anexo 5): respectivamente 72% do volume do algodão produzido, 81,5% do feijão, provém das propriedades abaixo de 100 ha. Se considerarmos apenas os minifúndios abaixo de 50 ha. (16,28% da área aproveitável), observamos que eles são responsáveis, apesar de seu espaço reduzido, por nada menos do que 64,29% da produção de algodão e 73,69% da de feijão.

Esta produção é conseguida graças a uma intensa aplicação de trabalho, o que também significa um grau agudo de esforços e cansaço.

Frente a este quadro, uma conclusão parece se impor, mas digamos logo que essa conclusão seria enganosa. Parece existir uma espécie de divisão dicotômica das tarefas entre pequena propriedade de um lado, média e grande do outro: para as pequenas, essencialmente as culturas permanentes; para as grandes e médias, a pecuária extensiva e as culturas temporárias (alimentares) dos parceiros. Porém a realidade é outra, pois mesmo a própria pecuária encontra-se bastante bem representada na faixa dos pequenos imóveis. Em 1972, em Serra Branca, um terço da pecuária bovina e perto da metade (46,38%) do rebanho ovino e caprino provinham dos imóveis de menos de 100 ha.

Desde então, as médias e grandes propriedades conheceram um crescimento importante de seu rebanho bovino, graças aos incentivos oficiais dos quais se beneficiaram exclusivamente. Quanto aos pequenos proprietários, vários deles nos contaram histórias relativas ao "fechamento das cercas", quando os latifundiários começaram a cercar suas terras e a proibir a criação de gado pelos moradores e pequenos proprietários da vizinhança. Os entrevistados situaram esta versão moderna do "cercamento" nos primeiros anos da década de 70.

Finalmente, a importância do pequeno imóvel se revela ainda pelo valor da produção (anexo 7). Todas as reservas expressadas sobre a idoneidade desses dados não impedem de afirmar que as menores propriedades têm uma produção de valor relativamente importante. Esse fato tem sua explicação lógica, pela intensa aplicação de trabalho demonstrada anteriormente e complementada pelo uso de irrigação nos minifúndios de menos de 10 ha. (onde a presença da água é mais do

ANEXO 3
DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS COM CULTURAS PERMANENTES, TEMPORÁRIAS E HORTIGRANJEIROS ,
PROPORCIONALMENTE À ÁREA APROVEITÁVEL EM CADA CLASSE DE ÁREA
MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA -- 1972

Classes de Área (ha)	Total Área Aproveitável (ha) (= 100%)	Culturas Permanentes		Culturas Temporárias *		Hortigranjeiros		Total Culturas	
		ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
0 - < 10	1.687,1	885,9	52,51	67,5	4,00	15,0	0,89	968,4	57,40
10 - < 50	9.128,2	2.803,5	30,71	188,0	2,06	—	—	2.991,5	32,77
50 - < 100	4.966,5	960,9	19,35	24,5	0,49	—	—	985,4	19,84
100 - < 200	5.603,1	813,1	14,51	69,0	1,23	—	—	882,1	15,74
200 - < 500	13.284,0	1.033,0	7,77	288,0	2,17	—	—	1.321,0	9,94
500 - < 1.000	9.344,6	831,0	8,89	256,0	2,74	—	—	1.087,0	11,63
1.000 - < 2.000	11.965,0	595,0	4,97	66,0	0,55	—	—	661,00	5,52
2.000 e +	10.468,0	670,0	6,40	34,0	0,32	—	—	704,00	6,72
TOTAL	66.446,5	8.592,4	12,93	993,0	1,49	15,0	0,02	9.600,4	14,44
SUB-TOTAIS									
0 - < 100	15.781,8	4.650,3	29,47	280,0	1,77	15,0	0,09	4.945,3	31,33
100 - < 500	18.887,1	1.846,1	9,77	357,0	1,89	—	—	2.203,1	11,66
500 e +	31.777,6	2.096,0	6,60	356,0	1,12	—	—	2.452,0	7,72
TOTAL	66.446,5	8.592,4	12,93	993,0	1,49	15,0	0,02	9.600,4	14,44

* De fato, uma parte importante das culturas temporárias (ou seja o milho e feijão plantado entre os pés de algodão) não aparece no quadro, pois as instruções de preenchimento do cadastro mandam: "Se você planta cultura temporária intercalada com cultura permanente, declare apenas a área de cultura permanente. Exemplo: voce planta milho dentro do cafezal. Declare só a área do café."

FONTE: INCRA 1972

ANEXO 4

DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS COM CULTURAS PERMANENTES, TEMPORÁRIAS E HORTIGRANJEIROS POR CLASSE DE ÁREA, COMPARADA COM O PERCENTUAL DA ÁREA APROVEITÁVEL NAS MESMAS CLASSES DE ÁREA
MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - 1972

Classes de Área (ha)	Área aproveitada em cada classe (%)	Culturas Permanentes		Culturas Temporárias		Hortigranjeiros		Total Culturas	
		ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
0 - < 10	2,54	885,9	10,31	67,5	6,80	15,0	100	968,4	10,09
10 - < 50	13,74	2.803,5	32,63	188,0	18,93	—	—	2.991,5	31,16
50 - < 100	7,48	960,9	11,18	24,5	2,47	—	—	985,4	10,26
100 - < 200	8,43	813,1	9,46	69,0	6,95	—	—	882,1	9,19
200 - < 500	19,99	1.033,0	12,03	288,0	29,00	—	—	1.321,0	13,76
500 - < 1.000	14,06	831,0	9,67	256,0	25,78	—	—	1.087,0	11,32
1.000 - < 2.000	18,01	595,0	6,92	66,0	6,65	—	—	661,0	6,89
2.000 e +	15,75	670,0	7,80	34,0	3,42	—	—	704,0	7,33
TOTAL	100,00	8.592,4	100,00	993,0	100,00	15,0	100	9.600,4	100,00
INCONSISTENTES		374,5		14,0		—	—	388,5	
TOTAL GERAL		8.966,9		1.007,0		15,0		9.988,9	
SUB-TOTAIS									
0 - < 100	23,76	4.650,3	54,12	280,0	28,20	15,0	100	4.945,3	51,51
100 - < 500	28,42	1.846,1	21,49	357,0	35,95	—	—	2.203,1	22,95
500 e +	47,82	2.096,0	24,39	356,0	35,85	—	—	2.452,0	25,54
TOTAL	100,00	8.592,4	100,00	993,00	100,00	15,0	100	9.600,4	100,00

FONTE: INCRA 1972

* Ver nota do anexo 3.

ANEXO 5
 PRODUÇÃO DE ALGODÃO E FEIJÃO, POR CLASSE DE ÁREA
 MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA – 1972

Classe de Área (ha)	Área Aproveitável (%)	Algodão		Feijão	
		Quantidade (ton)	%	Quantidade (ton)	%
0 – < 10	2,54	319	26,74	340	31,84
10 – < 50	13,74	448	37,55	447	41,85
50 – < 100	7,48	92	7,71	84	7,86
100 – < 200	8,43	59	4,94	55	5,15
200 – < 500	19,99	88	7,38	63	5,90
500 – < 1.000	14,06	116	9,73	42	3,94
1.000 – < 2.000	18,01	29	2,43	09	0,84
2.000 – < 5.000	15,75	42	3,52	28	2,62
TOTAL	100,00	1.193	100,00	1.068	100,00
INCONSISTENTES		50		62	
TOTAL GERAL		1.243		1.130	
SUB-TOTAIS					
0 – < 100	23,76	859	72,00	871	81,55
100 – < 500	28,42	147	12,32	118	11,05
500 e +	47,82	187	15,68	79	7,40
TOTAL	100,00	1.193	100,00	1.068	100,00

FONTE: INCRA – 1972

ANEXO 6
EFETIVO PECUÁRIO: DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES DE ÁREA
MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA — 1972

Classes de Área (ha)	Área Total %	Bovinos e Búfalos		Ovinos e Caprinos	
		N.º Cabeças	%	N.º Cabeças	%
0 — < 10	2,58	277	5,56	781	9,63
10 — < 50	14,47	1.031	20,71	2.131	26,29
50 — < 100	7,90	372	7,47	848	10,46
100 — < 200	9,02	383	7,70	669	8,25
200 — < 500	20,24	1.037	20,83	1.726	21,29
500 — < 1.000	14,16	566	11,37	720	8,88
1.000 — < 2.000	17,23	422	8,48	602	7,43
2.000 e +	14,40	890	17,88	630	7,77
TOTAL	100,00	4.978	100,00	8.107	100,00
SUB-TOTAIS					
0 — < 10	24,94	1.680	33,74	3.760	46,38
100 — < 500	29,27	1.420	28,53	2.395	29,54
500 e +	45,79	1.878	37,73	1.952	24,08
TOTAL	100,00	4.978	100,00	8.107	100,00

FONTE: INCRA — 1972

ANEXO 7

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO, POR CLASSE DE ÁREA
MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA — 1972 *

Classe de Área (ha)	Área Explorada (ha)	Valor da Produção		Valor/ha (Cr\$)
		Cr\$ 1.000	%	
0 — < 10	1.361,5	165	13,33	121,19
10 — < 50	6.526,7	382	30,86	58,53
50 — < 100	3.428,9	105	8,48	30,62
100 — < 200	4.263,6	80	6,46	18,76
200 — < 500	10.755,0	177	14,30	16,46
500 — < 1000	7.146,1	185	14,94	25,89
1000 — < 2000	6.541,0	58	4,68	8,89
2000 e +	8.264,0	86	6,95	10,41
TOTAL	48.286,8	1.238	100,00	25,63
INCONSISTENTES	2.912,7	102		
TOTAL GERAL	51.199,5	1.340		
SUB-TOTAIS				
0 — < 100	11.317,1	652	52,67	57,61
100 — < 500	15.018,6	257	20,76	17,11
500 e +	21.951,1	329	26,57	14,98
TOTAL	48.286,8	1.238	100,00	25,63

* Se os dados estatísticos em geral devem ser considerados com uma certa cautela, insto se verifica particularmente no caso presente, quando as declarações podem ter sido adulteradas para fugir dos impostos. Portanto, podemos aceitá-los apenas como razoáveis indicadores de tendências.

FONTE: INCRA — 1972

que provável: sem esta, tais propriedades deixariam de existir).

A comparação entre, de um lado, o latifúndio sub-explorado, porém monopolizando perto da metade do espaço, e de outro, o minifúndio, produzindo um valor bem superior ao ha., embora reduzido a um espaço limitado, demonstra o caráter antieconômico da estrutura fundiária e do uso do solo.

A nível social, o caráter pernicioso desta estrutura é óbvio. O segmento mais produtivo, absorvendo a maior parte de mão de obra, é o das pequenas propriedades. Mas não há retribuição satisfatória para a população aí ocupada. Esta afirmação ressalta claramente do que se pode constatar das condições de vida desses pequenos produtores.¹³

Por outro lado, um punhado de grandes proprietários monopoliza perto da metade do espaço, com atividades pouco produtivas, porém lucrativas!

O trabalho de campo evidenciou esta diversidade. Aí observamos pelo menos três categorias de pequenos proprietários. A maioria se constitui de produtores que podemos qualificar de tipicamente "camponeses": eles trabalham a terra pessoalmente, geralmente com ajuda de seus familiares, sua tecnologia é rudimentar, e sua produção (culturas de subsistências, algodão, palma) visa diretamente — ou indiretamente via mercado — prover a família de alimentos e bens de consumo imediato. Para eles, plantar algodão e palma é uma forma de conseguir os recursos necessários para comprar roupa, óleo, sal e outros bens que eles não produzem diretamente. O apelo por força de trabalho assalariado é eventual e não tem outro sentido, a não ser complementar a mão de obra familiar, quando esta se torna insuficiente.

Ao lado destes produtores camponeses, existem também alguns grandes proprietários disfarçados de pequenos, uma vez que são donos ao mesmo tempo de uma ou várias pequenas parcelas, ao lado de uma ou várias grandes propriedades. As pequenas propriedades em mãos de grandes proprietários — pelo menos as que identificamos no campo — situam-se na proximidade de uma fonte de água, permitindo, portanto, culturas irrigadas, e as que encontramos geralmente eram de capim. Em um caso pelo menos, identificamos o apoio do Projeto Sertanejo. É óbvio que estes proprietários não trabalham pessoalmente a terra. Eles apelam para mão de obra de assalariados ou parceiros e usam uma tecnologia mais desenvolvida. De qualquer forma, estas pequenas propriedades constituem uma minoria, nem que seja porque seus donos (grandes e médios proprietários) também constituem uma minoria.

Finalmente, encontramos uma terceira categoria (e um trabalho de campo mais demorado talvez pudesse indicar maior variedade ainda). Trata-se de pe-

(13) Pretendemos, na continuação da pesquisa, promover uma verificação contável desta hipótese.

quenos produtores cujas culturas são essencialmente comerciais — tomates, alho, cebola, etc. — e que utilizam, como a categoria anterior, tecnologia aprimorada — técnicas de irrigação, insumos etc. Eles foram levados a esta opção — talvez provisória — pela seca que aniquilou suas culturas tradicionais.

O que é original, nos casos encontrados, é que esses pequenos proprietários, por falta de recursos financeiros próprios, se submetem a um empresário urbano. Este financia a produção, colocando à disposição o equipamento de irrigação e adiantando os recursos para insumos, combustível e mão de obra eventual. Na safra, os adiantamentos são descontados e os lucros divididos igualmente entre empresário e proprietário-trabalhador, segundo o sistema da meia. Trata-se, portanto, de meeiros trabalhando na sua própria terra. Neste caso, a parceria é uma estratégia utilizada para compensar a falta de recursos e possibilitar o uso de uma tecnologia mais desenvolvida (irrigação) como alternativa para as culturas tradicionais frustradas. Esta opção, aparentemente empresarial (tecnologia, uso de força de trabalho assalariada) é forçada por circunstâncias conjunturais (a seca) e será provavelmente abandonada logo que as culturas "de chuva" puderem ser reativadas, pois é provável que a expropriação dos benefícios mediante "meia" seja tão considerável que as culturas tradicionais apareçam como mais vantajosas pela maior margem de autonomia que permitem ao produtor.¹⁴

Nos relatos dos pequenos proprietários entrevistados no campo, encontramos também várias histórias de empobrecimento crescente, onde as divisões por herança têm papel importante: quando o minifundiário tenta comprar as partes de seus co-herdeiros (sua própria parcela sendo inviável por si só), nisto investe seus poucos recursos, trabalhando anos e anos sem conseguir dotar sua propriedade de uma infraestrutura (açude, poços, conjunto de irrigação) que lhe permita resistir à seca e aumentar sua produtividade.

A seca então é percebida como a grande causa do processo de empobrecimento. Mas de fato, ela só faz é revelar a fragilidade do pequeno produtor. Este, num ano "bom", é capaz de conseguir uma produção por ha. bem superior àquela do latifundiário (conforme os dados estatísticos de 1972 que citamos), mas, "na seca", não dispõem nem de reservas suficientes (considerando o grande número de famílias que dependem da pequena propriedade) nem de tecnologia adaptada às condições peculiares do clima.

Os pequenos proprietários, tragicamente empobrecidos, tentam remediar a insuficiência de suas terras, aproveitando-se das necessidades eventuais de mão-de-obra das grandes fazendas, e aí ocupam o lugar dos antigos moradores, trabalhando, ora como diarista, ora por tarefa, ou mesmo na base da parceria, (quando passam a se autodenominar de "rendeiros").

(14) Aparece mais uma vez a necessidade de promover estudos de contabilidade desses produtores na continuação desta pesquisa.

Outra estratégia desses pequenos produtores é a migração, que não se dirige mais às cidades vizinhas, mas procura logo os centros urbanos mais dinâmicos.¹⁵ A existência da propriedade, por pequena que seja, os liga à terra, onde ficam alguns membros da família, e para onde geralmente voltam (diferentemente dos ex-moradores, trabalhadores sem terra cuja saída da área tende a ser definitiva).

As remessas feitas de fora pelos parentes emigrados ajudam a unidade familiar a se manter nos períodos de crise, permitindo, inclusive, a um ou outro de aceitar o baixo salário oferecido nas fazendas pelos trabalhos eventuais. Por outro lado, a indústria urbana dos grandes centros, cujos salários proporcionam essas remessas (possibilitadas, aliás, pelas baixíssimas condições de vida às quais esses trabalhadores se submetem) se beneficia, por sua vez, da força de trabalho no período mais produtivo do ciclo da vida — entre 18 e 40 anos — deixando à família camponesa os encargos de preparar essa mão de obra (criação dos filhos) e de recebê-la de volta em caso de doença ou após o período produtivo.

Portanto, se as migrações aparecem, num primeiro momento, como uma estratégia familiar que permite a manutenção da pequena produção na propriedade, elas também se constituem num mecanismo de articulação entre o campo e a cidade, proporcionando o rebaixamento do custo da força de trabalho, tanto na grande fazenda, quanto na indústria dos grandes centros.¹⁶

Mas hoje, a crise sendo geral, as oportunidades de trabalho no Sul também diminuíram. Os migrantes, jogados na estrada pela necessidade, retornam, pela mesma necessidade, em idas e voltas repetidas que só expressam a dificuldade em encontrar uma solução para sua subsistência.

A Emergência aparece então como último refúgio. Esse mesmo Estado que deu força ao latifúndio e facilitou sua dominação, aparece então como única salvação para suas vítimas.

A POPULAÇÃO TRABALHADORA

A caracterização da população trabalhadora é delicada, tendo em vista a complexidade das formas assumidas pelas relações de trabalho. Sua quantificação é quase impossível, pois os mesmos trabalhadores passam sucessivamente por diversas categorias, ou vivenciam simultaneamente formas diversas de emprego e/ou acesso à terra.

(15) Ver estudo de nossa colega de equipe, Maria Cristina de Melo Marin: *"Migração sem urbanização — O caso da cidade paraibana de Serra Branca"*, neste mesmo número.

(16) Ver MENEZES, Marilda Aparecida: *Da Paraíba para São Paulo e de São Paulo para Paraíba. Migração, família e reprodução de força de trabalho*. Tese de Mestrado em Sociologia, UFPb, Campina Grande, 1985.

1. Os Minifundiários

Antes de abordar a análise das diversas categorias de trabalhadores totalmente separados do que se convencionou chamar de "meios de produção", precisamos lembrar que a categoria numericamente mais importante da população trabalhadora é constituída da maioria dos pequenos proprietários e de seus familiares (Anexo 2), exceção feita dos "grandes proprietários disfarçados de pequenos" dos quais falamos acima.

Estes minifundiários, na sua grande maioria, "não constituem uma classe social de proprietários, isto é, ociosa e vivendo do trabalho dos outros, mas vivem de seu trabalho e até fornecem um sobre-trabalho".¹⁷

Além do mais, vimos também que estes pequenos proprietários, empobrecidos, muitas vezes complementam seu orçamento familiar, alugando seus braços nas grandes propriedades da região. Outros compensam a superfície por demais reduzida de suas terras, arrendando uma parcela em outra propriedade, por um valor pré-fixado ou na base da parceria. Trata-se, portanto, de uma categoria tão heterogênea quanto a própria propriedade.

Gostaríamos ainda de questionar o conceito de "meio de produção", atribuído generosamente à pequena propriedade camponesa. Esta é meio de vida do produtor: não tem nenhuma relação com a "propriedade burguesa", visando lucro e servindo de base para extração de mais-valia. É portanto, sem nenhum sofismo que podemos negar a qualidade de "pequeno burguês", muitas vezes atribuída ao pequeno camponês, simplesmente porque é juridicamente proprietário de sua parcela.

2. Os moradores-parceiros

O sistema tradicional ainda predominante na área estudada é baseado na mão de obra dos moradores, hospedados dentro das grandes fazendas. Na maior parte de seu tempo dedicado à produção, seu contrato (raramente escrito) é de parceria. Eles, porém, se autodenominam de moradores, em oposição aos "rendeiros" que moram fora da propriedade.

O número reduzido de "parceiros" revelado estatisticamente (ver anexo 2), pode, portanto, causar admiração. Isto explica-se pelo fato de que os moradores-parceiros estão escondidos, nas estatísticas do INCRA, entre os "assalariados temporários" pois assim são classificados, quando o plantio do algodão (ou de

(17) JOLLIVET, Marcel : "O lugar dos camponeses na estrutura de classes: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular", p. 12. In *Raízes*. Campina Grande, UFPB, Mestrados em Economia e em Sociologia, Jul/Dez 1982, nº 1.

outras culturas) é assumido diretamente pela fazenda, utilizando-se a mão de obra dos moradores sob forma de assalariamento (por tarefa ou diária), estratégia do proprietário visando evitar o "direito à raiz".

Não podemos cair na armadilha de considerá-los como simples assalariados, ainda menos se tivermos na memória o exemplo-padrão do operário urbano. As relações entre o latifundiário e seus moradores — mesmo quando provisoriamente assalariados — não têm nenhuma semelhança com o modelo das relações burguês-proletário do mundo industrial. Voltaremos a esta diferença ao tratar do "rendeiro".

Sem dúvida, o número de moradores-parceiros está em diminuição, mas é difícil quantificar esta tendência com precisão. Vale lembrar primeiramente que não podemos ter uma aproximação a partir da categoria "assalariados temporários", pois esta inclui outros trabalhadores, inclusive pequenos proprietários que alugam ocasionalmente seus braços.

No trabalho de campo, realizado durante a "seca", encontramos muito mais casas de moradores fechadas do que abertas e todos os entrevistados foram unânimes em confirmar o esvaziamento das fazendas, pelas razões já explicadas.

É provável que, com a volta das chuvas, um certo número de moradores tenha sido reintegrado. A retomada do trabalho de campo em 1984, após o fim da seca, verificou o recuo da palma e a implantação de numerosas roças de milho, bem como a reintegração de alguns moradores. Precisar-se-á verificar a consistência desse movimento na próxima etapa da pesquisa. Porém, não há dúvida de que certas transformações ocorridas durante a seca determinam definitivamente o afastamento dos moradores, como, por exemplo, a plantação de grandes áreas com algaroba, inclusive nos baixios. Isto indica uma orientação sem retorno e revela a nova estratégia dos grandes proprietários, ainda mais poupadora de mão de obra do que no passado.

Portanto, a reprodução desses pequenos produtores nas grandes fazendas parece se tornar cada vez mais difícil. Para substituí-los nos trabalhos eventuais (construção ou conserto de cercas, de barreiras, etc.), o latifundiário sempre se vale mais da mão de obra dos pequenos proprietários vizinhos.

3. Os assalariados

Não é de estranhar se esta categoria também é marcada pela maior heterogeneidade, como as demais estudadas até aqui. Vale distinguir, de início, entre assalariados permanentes e temporários.

Os *assalariados permanentes* representam uma minoria. Paradoxalmente (para quem não está familiarizado com a economia do semi-árido), a categoria corresponde a uma "elite" de empregados especializados: são eles os gerentes das grandes fazendas, às vezes técnicos agrícolas, mais frequentemente, porém simples vaqueiros. Eles assumem e interiorizam a ideologia dos grandes proprietários, che-

gando a defender fielmente seus interesses. Sua posição de classe lembra, todas as proporções guardadas, a de certas camadas de "colarinhos brancos" ou tecnocratas do setor industrial que, embora não proprietários dos meios de produção, se promovem pessoalmente como auxiliares indispensáveis dos proprietários.

Porém, a presença de assalariados permanentes nos pequenos imóveis (ver anexo 2) revela um tipo de assalariamento mais próximo ao modelo clássico, porém, que, mais uma vez, não pode ser confundido com ele. Com efeito, nas pequenas unidades, intensamente cultivadas e geralmente orientadas para o mercado ou para a pecuária, encontra-se um tipo de assalariamento que poderia ser considerado como tipicamente capitalista, se o trabalhador não fosse também geralmente, um morador!

Quanto aos *assalariados temporários*, eles recobrem todas as demais categorias:

- pequenos proprietários, alugando eventualmente seus braços (bem como seus dependentes);
- moradores-parceiros, pagos por diárias ou tarefas, para implantação das culturas ou para trabalhos de infra-estrutura nas grandes fazendas.

Identificamos, isto sim, uma diversificação desse assalariamento temporário. Nas pequenas propriedades, o assalariamento temporário tem a feição de uma forma de ajuda mútua. O proprietário que usa eventualmente força de trabalho assalariada pretende apenas complementar a mão de obra familiar, insuficiente em certas épocas; ele pode apelar por um vizinho ou parente, e ulteriormente alugar seu próprio braço ao mesmo vizinho ou parente, em circunstâncias semelhantes..

Já no caso de grandes ou médias propriedades, ou mesmo daquelas pequenas propriedades cujo donos são grandes proprietários, ou cujos donos se dedicam a culturas comerciais, o assalariamento, mesmo temporário, se assemelha mais à relação tipicamente capitalista.

Mesmo assim, não encontramos, em Serra Branca, o típico "boia-fria", morando em "ponta de rua" nos subúrbios da cidade e sobrevivendo de trabalhos assalariados.

Acreditamos que isto se deve à forma peculiar que a "modernização" assumiu na região, combinada com a estrutura fundiária dominante; ou seja, a pecuarização das grandes fazendas e a conseqüente transformação das atividades agrícolas, com fartos subsídios oficiais, provocaram a expulsão da mão de obra. A conjuntura de seca acelerou o empobrecimento das pequenas propriedades, porém o êxodo rural se deu entre os "sem terra" de forma mais rápida e nítida do que entre esses pequenos proprietários empobrecidos, que passaram então a substituir os antigos moradores das fazendas nos trabalhos eventuais. Isto fez com que a exploração camponesa familiar tendesse a superar a proletarização, recobrando todas as categorias antes existentes.

ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA HETEROGENEIDADE

Encontramos, portanto, pequenos proprietários temporariamente assalariados, e que, por sua vez, chegam a contratar parceiros; ou "rendeiros", que empregam, como assalariados, os filhos dos proprietários vizinhos, e assim por diante. Pode se perguntar se esta variedade de situações onde as categorias mais diferentes se cruzam e superpõem, não criaria um tecido tão imbricado de inter-relações ao mesmo tempo antagônicas e solidárias que freasse qualquer polarização conflitual. A fraqueza das manifestações de classe (sobretudo se comparadas, por exemplo, com a vitalidade de certos movimentos sindicais na zona da mata) parece confirmar esta hipótese. O trabalho de campo deu algumas indicações sobre as dificuldades específicas de elaboração de uma consciência de classe unificada.

O pequeno proprietário, mesmo posto na obrigação de se empregar temporariamente para complementar sua renda, não perde suas características de camponês. Afirmar que ele não passa de um proletário, é ignorar a profunda diferença ideológica entre proletário e camponês. O primeiro, por estar totalmente desmunido de meios de produção, dependendo inteiramente de um patrão, "mandado" em todos os momentos do processo de trabalho, desenvolve uma estratégia de "resistência passiva", poupando esforços quando pode, como forma de escapar do grande proprietário. O camponês, pelo contrário, tem como primeira finalidade manter seu patrimônio e transmiti-lo a seus filhos, e se dedica de corpo e alma a esse objetivo. A qualidade do esforço que ele fornece o distingue profundamente do proletário e transparece também nas suas horas de empregado. Esse empenho total ao trabalho faz, aliás, com que ele consiga oferecer um produto a baixo preço, pois ele não toma em conta, no cálculo de seus custos, o preço de sua própria mão de obra nem de seus familiares. A visão que ele tem do grande fazendeiro também é diferente. Mesmo que identifique seus privilégios, tende a ter uma certa "compreensão" por suas exigências e "dificuldades".

Esta diferença ideológica se explicita com particular clareza na *oposição entre morador e rendeiro*. Como vimos anteriormente, os dois trabalham na grande fazenda, e, muitas vezes, segundo o mesmo contrato de parceria. Porém, se o pesquisador tentar reduzir essas duas categorias à única de parceiro, os próprios interessados resistem a esse reducionismo, recusando o termo de "parceiro" e se auto-denominando de "moradores" ou "rendeiros". A diferença provém do local de residência desses trabalhadores, o que significa uma forma diferente de relação com a fazenda. O morador, por sua condição de residente na fazenda, é sujeito às exigências mais diversas do proprietário. Vivendo sob os olhares do capataz, ele não tem espaço para se afirmar nem para discutir seus problemas com iguais. O rendeiro, seja ele pequeno proprietário ou mesmo trabalhador sem terra, reside "na rua" ou pelo menos fora da propriedade. A própria forma como ele se distingue do morador, falando do mesmo com um ar de comiseração, testemunha da importância dessa diferença.

Finalmente, o que importa não é a forma de pagamento ou remuneração (porcentagem da colheita ou salário) mais sim a natureza da relação entre as duas partes: uma relação de trabalhador ao patrão (no caso do morador) ou uma relação de camponês ao proprietário (no caso do rendeiro). Poderíamos avançar uma hipótese para exemplificar as duas relações. No caso do morador, tratar-se-ia de uma espécie de extração de mais-valia, por um trabalho que seria pago com um percentual da safra. No caso do rendeiro, a relação seria de cobrança de uma renda pelo uso da terra, renda paga igualmente em percentual da safra. No segundo caso, existiria um contrato implícito entre duas partes supostamente iguais: doador e tomador de terra; enquanto que, no primeiro caso (do morador), a relação seria nitidamente desigual. Isto explicaria também a insistência dos "rendeiros" em não serem confundidos com moradores. Pretendemos aprofundar esta reflexão na continuação desta pesquisa.

De qualquer modo, parece-nos bastante claro que a rarefação da categoria "morador" e sua substituição por pequenos proprietários-rendeiros não pode deixar de marcar a tonalidade das relações entre grandes fazendeiros e trabalhadores. A dominação é menos aberta, porém, não é menos real. O conflito declarado talvez se afaste, e o tecido de inter-relações complexas que descrevemos acima provavelmente cristalice essa tendência. Porém, o pequeno produtor não deixa de ser claramente subordinado aos interesses econômicos e políticos dos grandes proprietários.

A natureza de classe do Estado, verdadeiro ator social, fica evidenciada especialmente nas atribuições de créditos e de subsídios a fundo perdido, que favorecem as maiores propriedades. Mesmo as políticas assistenciais dirigidas aos trabalhadores flagelados da seca são recuperadas em proveito dos latifundiários: as "Frentes de Emergência" constróem açudes em grandes fazendas, em troca de um compromisso do proprietário em respeitar a finalidade comunitária da obra, compromisso que dificilmente será cobrado; e o pagamento dos alistados abaixo do salário mínimo implica também o rebaixamento das diárias pagas pelos patrões. Além do mais, esta política cria uma dependência extrema dos trabalhadores aos recursos gerenciados pelo Estado. As campanhas de solidariedade aos flagelados criam a ilusão de uma união de classes numa conjuntura provocada apenas pelos caprichos da natureza, onde o mesmo Estado aparece como representante do bem público, acima de qualquer interesse particular.

Finalmente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais se projeta como intermediário, negociando acordos e desmobilizando possíveis lutas coletivas. Seus esforços de mobilização culminam no aliciamento de aposentados, que formam a maioria de seus membros.

Nesse quadro, é difícil imaginar, a curto prazo, a possibilidade de um confronto aberto. Chegamos, inclusive, a nos perguntar se o próprio conceito de "classe" que constituía nosso marco de referência, quando da elaboração de nosso projeto de pesquisa, pode dar conta de tal realidade. Se mantido, ele deve ser aplicado

de forma bastante flexível, tomando em conta, por exemplo, que a linha de demarcação que separa os interesses antagônicos não se situa principalmente em função da propriedade, ou não, da terra, mas de seu tamanho e de sua destinação. A propriedade camponesa não pode ser confundida com a propriedade burguesa, que sustenta uma classe ociosa, vivendo dos trabalhos dos outros.¹⁸

As oposições antagônicas se dão em vários níveis que se cruzam. A nível local, sem descartar a submissão que sofrem os pequenos produtores em relação ao capital comercial e financeiro (e o papel desempenhado pelo Estado nisso tudo), temos que admitir que o antagonismo imediato, direto e constante, se dá com os grandes proprietários que, de um lado, exploram a mão de obra dos moradores-parceiros, dos assalariados e rendeiros, e de outro lado, monopolizam a terra, acentuando sua pressão quando surgem programas e projetos vantajosos, baseados na propriedade do solo. Neste antagonismo, os pequenos proprietários semi-proletarizados se situam do mesmo lado que os parceiros, rendeiros e assalariados em geral, enquanto que alguns administradores assalariados têm interesses solidários com os dos grandes proprietários, no outro polo antagônico. Falta lembrar ainda que os interesses principais dessas grandes proprietários, muitas vezes, se situam fora da agricultura, situação bastante coerente com a problemática mais global da submissão da agricultura aos interesses industriais.

A realidade de Serra Branca coloca, portanto, para nossa reflexão um desafio com amplos desdobramentos teóricos.

Campina Grande, abril de 1985.

(18). Segundo a expressão de Jollivet, op. cit.